

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS INSTITUCIONAIS NO BRASIL

Alexandre Martins Joca¹

¹Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e-mail: alexmartinsjoca@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como objeto registrar e refletir sobre as contribuições das pesquisas institucionais sobre gênero e diversidade sexual na educação, realizadas no Brasil, no período de 2000 a 2006. Consta da contextualização dos debates sobre a temática, nesse período, e de levantamento e breve análise de oito (08) pesquisas institucionais que tomam a educação em gênero e diversidade sexual como objeto de investigação. Ao revelarem nuances de preconceitos, violências e discriminações direcionadas a pessoas LGBTQPIA+, mapeando práticas discriminatórias e violências vividas no ambiente escolar e fora dele, as pesquisas institucionais contribuíram e contribuem para a inserção das temáticas de gênero e diversidade sexual nas políticas públicas pelo Estado, pois cumprem um papel social importante na reflexão acerca da educação sexual, contribuindo no enfrentamento às desigualdades sociais hegemônicas em nossa sociedade.

Palavras-Chave: Educação. Gênero. Diversidade Sexual. Pesquisas Institucionais

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, espaço de ensino-aprendizagem dos saberes sistematizados pela humanidade, está permeado pela complexidade que o ato de educar lhe atribui. Historicamente, a educação escolar esteve diretamente, e quase exclusivamente voltada à formação intelectual, à aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Esse entendimento vem sendo desconstruído progressivamente nas últimas décadas, sob a perspectiva da educação (tanto a formal quanto a não-formal) como um instrumento de transformação social, portanto, para além da aprendizagem cognitiva. Dessa maneira, adentramos à formação para a cidadania, para a qual faz-se necessário o rompimento das barreiras que separam a formação intelectual da formação humana, a escola da sociedade, os saberes cognitivos das experiências de vida.

Sob este prisma, as complexidades da prática educativa adquirem novas nuances. Para além do processo cognitivo de ensino-aprendizagem, a educação, sob a perspectiva da formação humana passa a contemplar aspectos e percepções, antes ignorados pela educação propedêutica. As dimensões



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior

e temáticas socioculturais desenhando novos caminhos à educação escolar no intuito desta assumir de fato, o caráter transformador ao qual se propõe atuar. Para além do ambiente de formação intelectual a escola vem vestindo uma nova roupagem, enquanto espaço de sociabilidade, de convívio, de conflitos, portanto, um ambiente fértil para a reflexão, construção e reconstrução dos saberes adquiridos socialmente.

Neste cenário, onde as práticas, os saberes, as vivências, os conceitos e preconceitos adquiridos pelos sujeitos em suas experiências de vida emergem na dinâmica da formação humana, as temáticas das sexualidades aparecem como um dos desafios a esta nova face da educação escolar. Esta pesquisa propõe-se a sistematizar espaços de produção de conhecimento e estudos de pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre aspectos educativos vividos nos ambientes escolares brasileiros (e fora deles) e suas interfaces com as temáticas de gênero e diversidade sexual.

Este artigo tem como objeto registrar e refletir sobre as contribuições das pesquisas institucionais sobre gênero e diversidade sexual na educação, realizadas no Brasil, no período de 2000 a 2006. A escolha do período se dá em virtude da relevância e do pioneirismo dos estudos e pesquisas institucionais desenvolvidas sobre gênero e diversidade sexual nas primeiras décadas do século XXI. Daí, contextualizamos brevemente os debates sobre a temática, nesse período, e sistematizamos e analisamos oito (08) pesquisas institucionais que tomam a educação em gênero e diversidade sexual como objeto de investigação, no intuito de vislumbrar suas contribuições para a educação e para a sociedade.

02. CONTEXTUALIZANDO GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO

A cultura cristã ocidental, na qual estamos inseridos, restringiu as temáticas das sexualidades aos aspectos biológicos, sob a perspectiva higienizadora e patológica dos estudos biomédicos e psicoterapêuticos. Isso porque durante muito tempo, as questões de gênero, de diversidade de orientação sexual e identidade de gênero estiveram restritas e esses campos do saber. Numa dimensão científica, a produção e evolução do conhecimento sobre a sexualidade humana assume outra perspectiva a partir da inserção nas ciências como a antropologia, a sociologia, a filosofia e a história, campos precursores de transformações importantíssimas nessas temáticas.

É importante ressaltar, que no Brasil, na dinâmica social, das relações vividas para além da ciência, a sexualidade ganha um significativo espaço no século XIX. A partir das lutas feministas, que passam a ocupar os espaços do “saber” legitimados pela ciência moderna, a academia, inicia uma incessante produção científica feminista. Essa inserção dos estudos de gênero nos espaços acadêmicos é um marco na produção de conhecimento sobre as mulheres e posteriormente, numa dimensão relacional, sobre as relações mulher/homem e seus papéis sociais e sexuais.

No mundo e no Brasil, os debates em torno da igualdade de direitos foram fortemente fortalecidos no século XIX. O campo dos Direitos Humanos e posteriormente, da Educação em Direitos Humanos (EDH) uma diversidade de instrumentos legais (Declarações; Constituição; Tratados; Planos; Programas etc.) foram elaborados e/ou adotados e assinados pelo Estado Brasileiro, como também, uma diversidade de eventos (Conferências; Convenções etc.) que direto e/ou indiretamente elaboraram diretrizes voltadas às políticas educacionais acerca das questões de gênero e da diversidade sexual, de maneira que posteriormente foram legitimando as lutas e as propostas educacionais voltadas à inclusão das temáticas de gênero e de diversidade sexual na educação escolar brasileira. Uma diversidade de documentos e/ou eventos (Inter)Nacionais que incluem (direto e/ou indiretamente) as questões de Gênero e Diversidade Sexual na Educação¹.

Quanto à produção de conhecimento científico em diversidade sexual (orientação sexual e/ou identidade de gênero), no Brasil, ela surge, de maneira tímida, na década de 1970. Na educação, surgem tardiamente em meados da década de 1990. No entanto, as mobilizações sociais, especialmente o movimento LGBTQIPA², vêm reivindicando nas últimas décadas, maiores esforços do Estado em ampliar os espaços e ações de produção de conhecimento nesta área (LOIOLA, 2006; JOCA, 2008).

03. AS PESQUISAS INSTITUCIONAIS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Nas últimas décadas, uma diversidade de pesquisas institucionais vem apontando e denunciando a violência decorrente da LGBTfobia, em especial aquela vivida nos espaços da escola, e a fragilidade de educadoras/es e demais profissionais da educação para o trato com questões de gênero e diversidade sexual nos espaços de formação de crianças e jovens. Uma pesquisa pioneira nessa temática foi “Juventudes e Sexualidade”, realizada pela UNESCO em 2000, divulgada e

¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (1948); Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (1979); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994); Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH) (1996); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997); Compromisso de Dakar (2000); Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH) (2002); Programa Brasil Sem Homofobia (2004); Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (2006); Princípios de Yogyakarta (2007) I Conferência Nacional LGBT (2008); Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH) (2008); Conferência Nacional de Educação Básica – CONEB (2008); Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBTQ+ (2009); Conferência Nacional de Educação (CONAE) (2010); II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT (2011); Conferência Nacional de Educação (CONAE) (2014); III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT (2016).

² A sigla LGBTQIPA+ representa a diversidade de orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais, incluindo: L (Lésbicas); G (Gays); B (Bissexuais); T (Transsexuais, Transgênero, Travestis); Q (Queer); P (Pansexuais); I (Intersexo); A (Assexuais/Agênero) e o sinal de mais + (para outras identidades de gênero e orientações sexuais).

publicada em 2004³. A partir daí, algumas outras pesquisas foram realizadas abordando essa mesma problemática e descortinando o véu da violência direcionada a mulheres heterossexuais ou pessoas LGBTQPIA+ nos espaços escolares e fora deles⁴.

Tabela I: Pesquisa I - Pesquisa Juventudes e Sexualidade

Instituição(ões) executora(s)	UNESCO
Dimensão geográfica:	13 capitais brasileiras (Belém, Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio e Janeiro, Salvador, São Paulo, Vitória) e Distrito Federal.
Período de execução:	2000
Objetivo(s) do estudo:	Contribuir para o debate sobre as relações existentes entre sexualidade e juventudes na escola, apresentando percepções dos atores que compõem a comunidade escolar (alunos, professores e pais), enfocando principalmente a visão do jovem e suas motivações, códigos de conduta, ideário e perspectivas sobre os seguintes temas: iniciação sexual, <i>ficar</i> e namorar, virgindade, afetividade, fidelidade, gravidez, métodos contraceptivos, abortamento, conversa sobre sexualidade, violência sexual, preconceitos e homofobias.
Populações-alvo:	Crianças, adolescentes e jovens de escolas de ensino fundamental e médio, pais e membros do corpo técnico-pedagógico das escolas (professores/as, diretores/as, coordenadores/as, supervisores/as de ensino e orientadores/as educacionais).
Conceito(s) fundamental(is):	Juventude; Sexualidade; Violência; Preconceitos e discriminações

Fonte: ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

Tabela II: Pesquisa II - Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar

Instituição(ões) executora(s):	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) - Universidade de São Paulo (USP)
Dimensão geográfica:	26 estados e Distrito Federal
Período de execução:	2008/2009

³Ver: ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

⁴Ver Ficha técnica das Pesquisas Institucionais no Apêndice I.



Objetivo(s) do estudo:	Mensurar as situações de discriminação no ambiente escolar e sua influência no acesso, na permanência, na trajetória e no desempenho escolar dos estudantes, de forma a subsidiar a formulação de políticas e estratégias de ação que promovam, a médio e longo prazos, a redução das desigualdades em termos de resultados educacionais, o respeito e a própria educação para a diversidade.
Populações-alvo:	Diretores/as de escolas; Professores/as de matemática e português; Funcionários/as de escola; Alunos/as da penúltima série (7ª/8ª) do EFR / da última série (3ª/4ª) do EMR / 2º ciclo do EF ou médio do EJA; Pais ou responsáveis por alunos/as.
Conceito(s) fundamental(is):	As crenças, atitudes e valores que expressam preconceito; A distância social medida pela escala de <i>Bogardus</i> ; O conhecimento de práticas discriminatórias no ambiente escolar (<i>bullying</i>).

Fonte: Projeto de Estudo Sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, Organizadas de Acordo com Áreas Temáticas, a Saber, Étnico Racial, Gênero, Orientação Sexual, Geracional, Territorial, de Necessidade Especiais e Socioeconômica

(Acesso: http://www.promenino.org.br/Portals/0/Biblioteca/Pesquisa%20Diversidade_Sumario%20resultados%20descritivos.pdf)

Tabela III: Pesquisa III - Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais

Instituição(ões) executora(s):	Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS)
Dimensão geográfica:	Módulo I: 150 municípios (pequenos, médios e grandes), distribuídos nas cinco macro-regiões do país (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste). Módulo II: 18 municípios das seguintes regiões metropolitanas: grandes São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.
Período de execução:	2008/2009
Objetivo(s) do estudo:	Investigar as percepções (indicadores subjetivos) sobre o fenômeno de práticas sociais discriminatórias em razão da orientação sexual e da identidade de gênero das pessoas, bem como manifestações diretas e indiretas de atitudes preconceituosas.
Populações-alvo:	Módulo I: População brasileira urbana adulta (16 anos e mais). Módulo II: Pessoas homo e bissexuais adultas (18 anos e mais), residentes nas 9 maiores regiões metropolitanas do Brasil.
Conceito(s) fundamental(is):	Experiências com pessoas do mesmo sexo; Desejos e preferências sexuais; Orientação sexual; Experiências sexuais; Identidade sexual; Intolerância; Preconceito; Combate à discriminação

Fonte: Pesquisa Nacional Diversidade Na Escola Sumário Executivo.

(Acesso: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica>).



Tabela IV: Pesquisa IV - Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?

Instituição(ões) executora(s):	Universidade de Brasília (UnB)
Dimensão geográfica:	Nacional (a pesquisa analisa obras distribuídas em todo o país)
Período de execução:	2008
Objetivo(s) do estudo:	Analisar a linguagem sobre diversidade sexual dos livros didáticos recomendados pelo Ministério da Educação e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio (PNLEM) e dos livros didáticos em circulação sobre ensino religioso e orientação sexual.
Populações-alvo:	Crianças e adolescentes
Conceito(s) fundamental(is):	Hipótese central da pesquisa que guiou a coleta e análise de dados afirma que como os livros didáticos em circulação sobre orientação sexual e ensino religioso não são submetidos à avaliação do Ministério da Educação, há uma diversidade de modalidades discursivas que oscila entre a promoção da consciência da diversidade sexual e a propagação de valores homofóbicos. Hipótese de nulidade diz que os livros didáticos avaliados e recomendados pelo Ministério da Educação para o ensino público médio e fundamental não apresentam evidências de preconceito contra a diversidade sexual ou, se apresentam, são evidências esparsas e pouco significativas para avaliar o papel dos livros didáticos na propagação de valores homofóbicos.
Tema(s) abordado(s):	Família; Casamento; Reprodução humana; Homem; Mulher; Gênero; Homossexualidade

Fonte: Qual a Diversidade Sexual dos livros didáticos brasileiros?

(Acesso: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Imperatori-Lionco-Diniz-Santos_40.pdf)

Tabela V: Pesquisa V - Escola Sem Homofobia

Instituição(ões) executora(s):	Associação Pathfinder do Brasil
Dimensão geográfica:	11 capitais brasileiras (Manaus, Porto Velho, Recife, Natal, Goiânia, Cuiabá, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba).
Período de execução:	2009/2010
Objetivo(s) do estudo:	Conhecer a percepção das autoridades educacionais, equipe docente, e alunos de 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino, sobre a situação da homofobia no ambiente escolar, para dar subsídios ao programa Brasil sem Homofobia.
Populações-alvo:	Gestores/as, diretores/as, professores/as, estudantes e pessoal administrativo de escolas municipais e estaduais, do centro e da periferia e de IDEB baixo e alto, das capitais.
Conceito(s) fundamental(is):	Política pública; Educação sexual; Orientação Sexual; Identidade de gênero; LGBT; Diversidade sexual; Pessoas LGBT; Família; Homofobia; ONG/Movimento Social

Fonte: Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras – Relatório Preliminar (Obs.: Este relatório, por ser uma versão preliminar, ainda não está disponível para acesso).

Tabela VI: Pesquisa VI - Panorama dos Estudos sobre Violência nas Escolas no Brasil: 1980 – 2009

Instituição(ões) executora(s):	Ministério da Educação - MEC
Dimensão geográfica:	Abrangência Nacional.
Período de execução:	2009
Objetivo(s) do estudo:	Reunir, sistematizar, analisar e disponibilizar a maior quantidade possível de produções intelectuais sobre o tema, de maneira a subsidiar e facilitar tanto a produção acadêmica e científica como a formulação de política pública.
Populações-alvo:	Pesquisa bibliográfica
Conceito(s) fundamental(is):	Política Pública; Produção de conhecimento; Violência(s) (na escola) Preconceito; Discriminação; Bullying

Fonte: Panorama dos Estudos sobre Violência nas Escolas no Brasil: 1980 – 2009.

(Acesso: <http://www.google.com.br/search?q=Panorama+dos+Estudos+sobre+Viol%C3%Aancia+nas+Escolas+no+Brasil%3A+1980+%E2%80%93+2009.&btnG=Pesquisar&hl=pt-BR&source=hp&aq=f&aqi=&aql=&oq=>

Tabela VII: Pesquisa VII - Política, Direitos, Violência e Homossexualidade*

Instituição(ões) executora(s):	Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT-SP); Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)/UCAM Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)/UERJ; Departamento de Antropologia/USP; Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp
Dimensão geográfica:	São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco
Período de execução:	2003 – 2006
Objetivo(s) do estudo:	Revelar aspectos pouco conhecidos do perfil sócio-político dos participantes das paradas brasileiras e, por extensão, da população homossexual que se concentra nas grandes cidades do país, o interesse principal é mapear os padrões de violência e discriminação que atingem gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais.*
Populações-alvo:	Participantes das Paradas do Orgulho GLBT ou Parada da Diversidade
Conceito(s) fundamental(is):	Políticas; Direitos; Violências; Homossexualidade.

Fontes: Política, Direitos, Violência e Homossexualidade

(Acesso: <http://www.clam.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?Infoid=57&sid=75>)

* As pesquisas “Política, Direitos, Violência e Homossexualidade” foram realizadas, no Brasil, no período de 2003 a 2006 nas Paradas LGBT das respectivas capitais: Rio de Janeiro (2003 e 2004), São Paulo (2005) e Pernambuco (2006).

Tabela VIII: Pesquisa VIII - Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar 2016: Experiências de Adolescentes e Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em nossos ambientes Educacionais

Instituição(ões) executora(s):	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Grupo Dignidade; Centro Paranaense da Cidadania; Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual; Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná
Dimensão geográfica:	Nacional (Participaram da pesquisa estudantes de todos os estados e do Distrito Federal).
Período de execução:	2015 a 2016
Objetivo(s) do estudo:	Reunir subsídios a fim de fundamentar políticas públicas que possibilitem transformar as instituições educacionais em ambientes mais seguros e acolhedores para estudantes LGBT.
Populações-alvo:	Adolescentes e Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) com faixa etária de 13 a 21 anos.
Conceito(s) fundamental(is):	In(segurança) / Comentários Pejorativos / Agressão / violência / Resposta da escola e da família / Faltas / Bem-estar / Acolhimento de estudantes LGBT

Fontes: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, 2016.

(Acesso: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>)

As pesquisas institucionais cumpriram e cumprem um papel importante na reflexão acerca da educação sexual escolar e de sua contribuição no enfrentamento às desigualdades sociais hegemônicas em nossa sociedade. Desigualdades fundadas na heteronormatividade compulsória (BUTLER, 2003) e também presente no contexto educacional.

O período de início das pesquisas com abordagem sobre orientação e diversidade sexual - 2000 - é um importante indicador da inserção dos estudos sobre homossexualidade, homofobia e educação no Brasil. Ele ratifica a histórica omissão dessas temáticas na educação formal, das práticas educativas desenvolvidas nas escolas à produção de conhecimento nas universidades brasileiras. Se considerarmos a década de 1990 como um marco de intensa exploração da sexualidade na sociedade brasileira (por meio da mídia, do mercado, da arte, e em áreas como a saúde (principalmente em decorrência da epidemia do HIV/Aids)) e da efervescência de reivindicações por direitos da população LGBTQPIA+ no Brasil⁵, observaremos que, com a exceção da tímida abordagem nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, somente no início do século XXI essa temática entra na pauta da educação brasileira. As pesquisas aqui apresentadas aparecem como primeiros instrumentos,

⁵ Podemos citar aqui: a visibilidade da homossexualidade em decorrência da epidemia do vírus HIV/Aids; o início das Paradas LGBTQPIA+, em 1995, no Rio de Janeiro; a elaboração e apresentação PLC 1151/95 em prol da Parceria civil entre pessoas do mesmo sexo no Congresso Nacional; o fortalecimento e expansão do Movimento LGBTQPIA+ no Brasil.

documentos científicos, registro de/ou mensuração das demandas e como diagnósticos do cenário educacional em gênero e diversidade sexual, daí a sua relevância para a fundamentação de problemáticas que dão origem às pesquisas acadêmicas nos Programas de Pós-Graduação em Educação.

As pesquisas institucionais sobre gênero e diversidade sexual na educação apresentam semelhanças e diferenças nas temáticas abordadas, nas metodologias utilizadas e na escola dos espaços a serem investigados. Para facilitar nossa breve e sucinta análise divido-as em dois blocos: o primeiro, denominado “*A Educação Escolar como campo de Investigação das Sexualidades*”, corresponde às pesquisas institucionais voltadas às temáticas da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero na educação escolar e o segundo bloco, “*A diversidade sexual para além da escola*” às pesquisas que investigam essas temáticas numa dimensão mais abrangente, das relações sociais, mas que, direto ou indiretamente, fazem uma interface com a educação e a escola.

3.1. A Educação Escolar como campo de Investigação das Sexualidades

As pesquisas I, II, IV, V, VI e VIII têm como foco a educação escolar. As pesquisas I, II e V assemelham-se quanto à abrangência geográfica, aos objetivos, espaços investigação e à população participante, enquanto as pesquisas IV e VI consistem em análise de livros didáticos e sistematização de estudos realizados sobre violências nas escolas, portanto, utilizando-se de metodologias de análise e sistematização de documentos.

A partir da sistematização das pesquisas institucionais percebe-se que as que têm a escola como espaço de investigação (I, II, V e VIII) vêm privilegiando a obtenção das percepções dos sujeitos da comunidade escolar sobre as temáticas abordadas, assim como procurado identificar as situações de violências e discriminações vividas no ambiente escolar em decorrência de preconceitos diversos. Dessa maneira, estudantes, professores/as, diretores/as e demais profissionais de educação aparecem como sujeitos investigados. Com exceção da pesquisa I, as demais apresentam um recorte para a investigação com jovens adolescentes acima dos 16 anos ou que estejam cursando as séries finais do ensino fundamental, excluindo as crianças e conseqüentemente, a educação infantil da investigação. É importante perceber, também, a pouca incidência de pesquisas que tenham como objetivo principal a percepção das temáticas por pessoas LGBTQIPA+ integradas às comunidades escolares. Apenas a pesquisa VIII, realizada em 2015/2016 volta-se especificamente à população LGBTQIPA+.

As escolas públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio são os espaços mais investigados nessas pesquisas, estando ausentes outros espaços da educação formal, como as



escolas particulares, os Institutos Tecnológicos, as Instituições de Ensino Superior e os espaços de educação infantil (creches e pré-escolas).

Dessas pesquisas, a I, II e VI abordam temáticas diversas – questões étnico-raciais, socioeconômicas, geracional, sexualidade etc. - que se entrecruzam em torno de um tema central mais abrangente - “juventude e sexualidade”, “violência na escola”, “Preconceitos e discriminações” - ao contrário das pesquisas IV, V e VIII que se centram especificamente nas temáticas voltadas à homofobia na educação escolar.

3.2. A diversidade sexual para além da escola

As pesquisas III e VII diferenciam-se das demais pelos espaços de coleta de dados e pelo perfil das populações investigadas, pois se voltam às temáticas em torno da homofobia para além do ambiente escolar e da educação formal, adentrando as relações e práticas sociais em espaços diversos. Apesar do foco na abordagem específica das questões da homossexualidade e da homofobia, se diferenciam também entre si, uma vez que a primeira assume um caráter de “pesquisa de opinião” e a segunda o levantamento de um perfil sócio-político de frequentadores de Paradas LGBTQIPA+, em especial, das pessoas LGBTQIPA+.

A priori, considero necessário trazer essas pesquisas em virtude da relevância dos dados por elas apresentados dada a necessidade (e carência) dos/as profissionais de educação em conhecerem um panorama mais abrangente sobre machismo, sexismo, homossexualidade e LGBTQifobia em nossa sociedade. Cada pesquisa, em um contexto diferenciado, desvela práticas sociais discriminatórias e mapeia a violência e discriminação dirigida à população LGBTQIPA+, oferecendo pistas importantes para as políticas públicas de enfrentamento à LGBTQifobia, inclusiva no campo da educação. Provocam e instigam, também, as Instituições de Ensino Superior (IES) e seus Programas de Pós-Graduação, especialmente em Educação, a desenvolverem a pesquisa sobre essas temáticas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Partindo de uma análise macrosocial, histórica e cultural, fica perceptível que, nesse início de século XXI, o fortalecimento dos processos democráticos e as transformações socioculturais nos modos de vida, na cultura sexual, em especial torno de temáticas sobre as relações de gênero e sobre a diversidade sexual, impulsionaram a criação, ampliação e/ou fortalecimento de políticas públicas educacionais nessas temáticas, fortalecendo, consequentemente, o campo da produção epistemológica nas IES brasileiras.

Esse espaço se constitui como um campo de disputa ideológica, no qual visões de mundo, valores e princípios estão em constantes conflitos na sociedade brasileira, daí forjar-se em um movimento pendular, de idas e vindas, entre avanços e retrocessos. O fortalecimento na produção de conhecimento em gênero e diversidade sexual na educação é um indicador dos significativos avanços epistemológicos e sociais, no entanto, faz necessário estarmos atentos aos retrocessos que o atual contexto social sinaliza no âmbito das políticas públicas, especialmente no campo da educação.

É possível afirmar que as pesquisas institucionais veem cumprindo um papel social importante na reflexão acerca da educação sexual, contribuindo no enfrentamento às desigualdades sociais hegemônicas em nossa sociedade, fundadas no sexismo, no machismo e na “heteronormatividade compulsória”, também presentes no contexto educacional.

As pesquisas institucionais indicam a inserção das temáticas nas políticas públicas pelo Estado. Vale lembrar que algumas das maiores pesquisas foram financiadas com recursos públicos e realizadas por institutos governamentais, inclusive o Ministério da Educação. Em alguns casos, setores governamentais aparecem como parceiros. Foi possível perceber que as pesquisas institucionais se centram no desvelamento de preconceitos, violências e discriminações para com as pessoas LGBTQIPA+, mapeando práticas discriminatórias e violências vividas no ambiente escolar e fora dele. As pesquisas realizam, também, uma interface com outros espaços da sociedade e com as demais questões geradoras de desigualdades sociais como o racismo e o sexismo.

Acredito que as pesquisas realizadas em diversas cidades e estados, foram e ainda são instrumentos de formação, sensibilização e de fundamentação para o desenvolvimento de ações afirmativas em respostas às suas demandas, no entanto, me inquieta os processos de socialização dos conhecimentos produzidos. É lícito afirmar que tanto uma significativa parcela da sociedade, quanto dos sujeitos que integram o cotidiano escolar, muitas vezes estão alheios a estas discussões. É provável que um percentual bastante reduzido da comunidade escolar tenha acesso aos dados e constatações destas pesquisas.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



JOCA, Alexandre Martins. **Diversidade Sexual na Escola: um “problema” posto à mesa.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

LOIOLA, Luís Palhano. **Diversidade Sexual: perspectivas educacionais.** Fortaleza: Edições UFC, 2006.

Documentos consultados:

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação CONAE.** Brasília: Ministério da Educação, 2010.

Plano de Ação da Primeira etapa do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (2009). UNESCO e UN OHCHR. *Site*. Disponível em <<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/PActionEducationsp.pdf>>. Acesso em: janeiro. 2011.

Projeto de Estudo Sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, Organizadas de Acordo com Áreas Temáticas, a Saber, Étnico Racial, Gênero, Orientação Sexual, Geracional, Territorial, de Necessidade Especiais e Socioeconômica .

(Acesso: <http://www.promenino.org.br/Portals/0/Biblioteca/Pesquisa%20Diversidade Sumario%20resultados%20descritivos.pdf>);

Pesquisa Nacional Diversidade na Escola Sumário Executivo.

(Acesso: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opinioao-publica>);

Qual a Diversidade Sexual dos livros didáticos brasileiros?

(Acesso: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Imperatori-Lionco-Diniz-Santos 40.pdf>);

Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras – Relatório Preliminar (Obs.: Este relatório, por ser uma versão preliminar, ainda não está disponível para acesso); Panorama dos Estudos sobre Violência nas Escolas no Brasil: 1980 – 2009.

(Acesso: <http://www.google.com.br/search?q=Panorama+dos+Estudos+sobre+Viol%C3%Aancia+nas+Escolas+no+Brasil%3A+1980+%E2%80%93+2009.&btnG=Pesquisar &hl=pt-BR&source=hp&aq=f&aqi=&aql=&oq=>

Política, Direitos, Violência e Homossexualidade.

(Acesso: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?Infoid=57&sid=75>)

